

CONSTITUINTE

18 JAN 1988

GAZETA MERCANTIL

Sistema eleitoral poderá ser mudado

por Andrew Greenlees de Brasília

O sistema eleitoral brasileiro poderá sofrer uma importante modificação, caso se transformem em votos, no plenário da Constituinte, as 297 assinaturas colhidas pelo deputado Oivaldo Coelho (PFL-PE) para sua emenda que institui o "voto federativo ponderado" para a eleição do presidente da República. Aprovada a tese do deputado pernambucano, os estados menos populosos terão aumentado seu peso específico na disputa pelo Palácio do Planalto.

A proposta atrela a força de cada estado na eleição presidencial ao número de cadeiras que possui na Câmara dos Deputados. Assim, se um estado tiver vinte deputados federais, sua cota de "votos federativos" será também vinte. O candidato que obtiver, por exemplo, apoio nas urnas de 35% do eleitorado daquele estado receberá a mesma percentagem em relação aos votos federativos, para efeito de resultado final. Ainda segundo o exemplo, 35% dos vinte

equivalentes a sete votos federativos na disputa presidencial.

LIMITES

O aumento da influência das regiões menos populosas ocorre porque a distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados não obedece a essa proporção do eleitorado nacional. A legislação limita a sessenta o número de parlamentares por estado, quando no caso de São Paulo, por exemplo, este número chegaria a 112, já que o estado detém 23% do eleitorado nacional e a Câmara tem 479 cadeiras. Por esse mesmo critério, o Acre, com 0,2% do eleitorado, teria direito a apenas um deputado, mas a legislação lhe garante oito.

"O presidente da República deve ser uma pessoa que conheça os problemas de todas as regiões e tenha compromissos eleitorais com elas", diz o deputado Oivaldo Coelho, ao justificar sua emenda. Ele nega que a proposta seja feita para beneficiar o Nordeste, região que ele representa. "Não tenho nada contra um paulista na Presidência, só quero que ele vá ao

Nordeste e veja a situação de lá", afirma.

Adotado o sistema ponderado, o Nordeste passaria de uma força específica de 25,8% para 31,5%. A região Sudeste teria sua influência diminuída dos atuais 48,8% dos votos nacionais a 32,3% dos votos federativos. Nas demais regiões, o quadro seria o seguinte: O Sul passaria de 17,4% para 15,4%, o Norte de 4,4% para 5,8% e o Centro-Oeste de 6,8% para 9,5%.

Esses números deixam claro de onde partem as resistências à emenda de Oivaldo Coelho. Os paulistas são os que mais se opõem. "O princípio correto é: um eleitor, um voto", diz o deputado federal Geraldo Alckmin, do PMDB de São Paulo. "O local onde a pessoa reside não deve determinar a qualidade de seu voto". Coelho reconhece que terá problemas com a bancada paulista, mas acredita que, por outro lado, conseguirá apoio significativo em Minas Gerais.

APROVAÇÃO DA EMENDA

As possibilidades de se aprovar a emenda depen-

Ulysses tenta unificar PMDB

por Flávio Parcella de Porto Alegre

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, havia definido como prioritário elaborar a nova Constituição brasileira para depois trabalhar pela reunificação do partido. Mas como o PMDB corre o risco de ficar irremediavelmente dividido até o final dos trabalhos da Constituinte, ele resolveu mudar os planos: continua dando prioridade para a nova Constituição, mas antecipou o trabalho de reunificação do seu partido.

A informação foi dada ontem pelo líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Finheiro (PMDB-RS), que concorda com a estratégia do presidente do seu partido: "O deputado Ulysses está fazendo agora as costuras

necessárias para garantir a unidade do PMDB neste momento, e depois, quando a Constituição estiver pronta."

O presidente nacional do PMDB esteve em Belo Horizonte, na quinta-feira, vai a Porto Alegre, nesta semana, e deve visitar outras capitais para encontros com governadores e lideranças partidárias, visando recompor a unidade do PMDB. Na capital gaúcha ele não terá dificuldades para convencer o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, um dos pemedebistas mais afimados com o pensamento de Ulysses Guimarães em praticamente todas as questões referentes à vida política nacional. E mesmo quando alguém estranha sua identidade com pontos de vista defendidos pelo presidente José Sarney ou pelo chamado "Centrão", costuma responder: "A estratégia é uma arma política".

dem da unidade do grupo formado pelo Nordeste-Norte-Centro-Oeste. Parlamentares dessas regiões já se reuniram para discutir diversos temas e adotaram o lema "292 votos, uma vontade". A definição virá do plenário, onde se-

rão necessários pelo menos 290 votos para que a emenda seja acolhida.

Preocupado com a divisão das cadeiras na Câmara, o deputado Geraldo Alckmin apresentou emenda elevando o teto de 60 para 75 cadeiras, número que apenas São Paulo atingiria.

Ao mesmo tempo, a proposta prevê a criação de 16 novas vagas, com o surgimento de três estados (Amapá, Roraima e Tocantins), além de mais 15 a serem distribuídas pelos demais estados. A Câmara dos Deputados passaria a ter 533 cadeiras.

O que o "Centrão" quer mudar na estrutura econômica do País

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Além de privatizar grande parte da economia o "Centrão" abre um bom espaço para a entrada de investimentos estrangeiros no País. Enquanto a Comissão de Sistematização só permite a admissão do capital estrangeiro exclusivamente no interesse nacional, o grupo dispõe que ele pode ser inclusive incentivado.

A navegação de cabotagem é privativa de empresas brasileiras de capital nacional — essa última definição foi escolhida pelo grupo como conceito que abrange a empresa estrangeira.

O grupo não permite a formação de monopólios, oligopólios ou cartéis. Contudo, retira a proposta da Comissão de Sistematização, que estabelecia a responsabilidade criminal da pessoa jurídica nos crimes praticados contra a ordem econômica e financeira e a economia popular. Pela proposta, essa responsabi-

lidade recai apenas sobre os responsáveis pela empresa.

A DESESTATIZAÇÃO DO GARIMPO

O "Centrão" retira do Estado parcela do poder que detém sobre a atividade garimpeira. Em vez de organizá-la, deverá apenas regulamentá-la. Na prática, essa mudança de palavras abre uma nova parte de penetração da iniciativa privada.

Deixam de pertencer à União as jazidas, minas e recursos minerais, potenciais de energia hidráulica e o subsolo. Na falta de uma explicação sobre a quem pertencem esses bens, não será ilícito ao proprietário do solo arvorar-se em dono do subsolo.

O monopólio da União é modificado. De acordo com a proposta do "Centrão", dele não fazem parte a pesquisa e lavra de gases raros e gás natural e a distribuição do petróleo. Ao contrário da proposta da Comissão de Sistematização,

os contratos de risco são permitidos.

DIFICULDADES NA REFORMA AGRÁRIA

Se depender do "Centrão" o Estado terá dificuldade de pôr em prática seu plano de reforma agrária. A desapropriação para esse fim deverá ser precedida de processo administrativo, fundamentado em vistoria do imóvel rural, garantida a participação do proprietário ou de seu representante. Também não será desapropriado imóvel rural que não tiver prévia aprovação do plano e do orçamento de assentamento pela autoridade competente. Esses procedimentos, atualmente, são de demorada conclusão.

Para o grupo é inaceitável a desapropriação a propriedade produtiva. O texto não define esse tipo de propriedade. Além disso, somente se o proprietário desejar é que, excetuando a parte produtiva, poderá ser desapropriada até 75% da área total do imóvel.

As transferências de

imóveis desapropriados sob qualquer título passam, de acordo com o "Centrão", a serem isentas de impostos federais, estaduais e municipais. O grupo também elevou sensivelmente a área que pode ser concedida ou alienada a uma só pessoa física ou jurídica. O projeto da Comissão prevê que acima de 50 hectares essa transferência depende de prévia autorização do Congresso Nacional. O "Centrão" restringe o âmbito dessa autorização ao Senado Federal e eleva a área para 5 mil hectares.

As benfeitorias feitas nos imóveis desapropriados não serão indenizadas em dinheiro. A Comissão propõe que essa indenização atinja apenas as benfeitorias úteis e necessárias.

A ação de desapropriação somente poderá ser iniciada após a publicação de decreto que declarar o imóvel como de interesse social. A Comissão de Sistematização permitia o início desse processo a partir da simples declaração.

AGENDA

Cabral deve dar parecer sobre emendas até dia 20

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que tem prazo até o dia 20 para dar seu parecer às 2.045 emendas apresentadas ao projeto de Sistematização, disse que aquelas apresentadas com mais de 200 assinaturas receberão parecer favorável, ainda que sua posição e voto sejam contrários à proposta.

Cabral considerou que sua responsabilidade nesta fase é muito maior, porque agora seu parecer não passará pelo crivo da Comissão de Sistematização, indo diretamente para o plenário da Constituinte.

Até sexta-feira, já haviam sido examinadas, uma a uma, mais de setecentas emendas. Sábado, Cabral e os três relatores adjuntos, senador José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Adolfo Oliveira (PL/RJ) e Antônio Konder Reis (PDS/SC) examinam por dia cerca de trezentas emendas.

Embora o prazo para os pareceres se tenha iniciado no último dia 14, até sexta-feira os relatores não haviam recebido oficialmente da secretaria da Constituinte nenhuma emenda, informou Oliveira. Os relatores esperam entregar ao Serviço de Processamento do Senado (Prodsen) as emendas para serem classificadas por assunto.

O senador Fogaça explicou que as emendas com mais de 200 assinaturas ainda que recebessem parecer desfavorável iriam à votação em plenário automaticamente. Segundo ele, também receberão parecer favorável dos relatores as

emendas individuais que alteram as propostas formuladas pelo "Centrão" que reagem ao projeto de Sistematização. Fogaça disse que em seus pareceres dará sua opinião pessoal sobre a matéria apreciada. Para ele, cerca de 80% dos textos do projeto e do "Centrão" são semelhantes. Porém, os 20% restantes representam uma total inversão ideológica da proposta da Comissão de Sistematização.

As emendas individuais que receberem parecer favorável irão para votação em plenário. As demais, rejeitadas pelos relatores, para irem à votação precisarão de um pedido de destaque a ser feito à mesa da Constituinte. Esse pedido deve ser formulado entre os dias 23 e 25. No dia 26, serão apresentados os requerimentos de pedido de preferência para votação dos destaques, que devem conter as assinaturas de pelo menos 36 constituintes.

No dia 27 se inicia a votação em primeiro turno do texto constitucional. Se as emendas substitutivas de títulos, capítulo ou seção do projeto constitucional não obtiverem 200 votos, será votado o texto da Comissão de Sistematização.

Se a maioria absoluta dos constituintes aprovar essas emendas, a fase seguinte será a de votação de emendas individuais e destaques. Em relação aos destaques, estes podem ser de três tipos: para rejeição, aprovação ou votação em separado de determinado dispositivo.

Para sua apreciação, o destaque para votação em separado necessita de 187 assinaturas.

A articulação em Belo Horizonte

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte

O governador Newton Cardoso (PMDB), de Minas Gerais, inicia nesta segunda-feira, em Belo Horizonte, uma série de reuniões, individuais ou em grupo, com deputados federais mineiros do partido, para debater questões ligadas à Assembleia Nacional Constituinte.

O primeiro desses encontros deverá ser iniciado às 9 horas, no Palácio da Liberdade. Dele, deverá participar um grupo não especificado de deputados, entre os quais o deputado federal José da Conceição Santos, que assinou a lista de apoio à emenda que propõe cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

A tarde, será a vez dos deputados Raimundo Monteiro de Rezende e Gil César Moreira de Abreu, nomes também presentes na lista citada. Moreira de

Simon quer cinco anos

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, voltou a defender, no sexta-feira, em Porto Alegre, um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ele, no entanto, deixou claro que opta o parlamentarismo. Na opinião do governador, o que importa, no momento, é o termo de governo. "E isso está sendo deixado em segundo plano", observou.

Ele informou à EBN que vai a Brasília nos próximos dias para "provar que o mais importante, agora, é uma definição pelo parlamentarismo".

Simon argumentou que o crise brasileira tem várias causas e apontou uma delas: o presidencialismo. "A crise não é de Sarney, mas de todos os outros governos presidencialistas", explicou.

Simon afirmou que "otô" o presidente Sarney e o deputado Ulysses "são favoráveis ao parlamentarismo, só que eles acham que ainda é cedo para esta fórmula ser adotada". O governo tem a certeza de que com o parlamentarismo o Brasil sai do crise.

Abreu, inclusive, também participou do jantar oferecido, na quinta-feira (dia 14), pelo governador, ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Constituinte.

Oficialmente, informou-se na sexta-feira, em Belo Horizonte, que Newton Cardoso pretende, nessas

reuniões, instar seus correligionários para que fiquem mais tempo em Brasília, ajudando a agilizar os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Assim, ele estaria cumprindo promessa feita a Ulysses Guimarães, de auxiliá-lo a completar o mais breve possível essa incumbência.

Paralelamente, espera-se, ainda, que o governador procure garantir que seus liderados votem efetivamente a favor dos cinco anos de mandato para o atual presidente da República, tese da qual é um dos defensores mais constantes. A bancada mineira na Câmara Federal é composta por 25 deputados, 20 dos quais assinaram a emenda dos cinco anos.

As reuniões do governador com a bancada federal mineira vão-se estendendo por uma semana, encerrando-se poucos dias antes da reunião de governadores do PMDB, marcada para o próximo dia 28, em Belo Horizonte. Convocado também por Newton Cardoso, esse encontro de governadores receberá, na quinta-feira, o apoio de Ulysses Guimarães. Se ele for realizado com sucesso, deverá aumentar o prestígio do governador mineiro tanto na Constituinte quanto no plano político nacional.

FRONTEIRAS

Falta de assinaturas prejudica onze propostas

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não acolheu onze das 2.045 emendas apresentadas ao projeto de Constituição, por não terem o número necessário de assinaturas para isso, fixado em 200, para as emendas substitutivas, no artigo 1º do regimento interno. Nove são do "Grupo dos 32" — uma para título do projeto, uma do senador Marco Maciel (PFL-PE) e outra do deputado Messias Soares (PTR-RS, ex-PMDB).

Maciel foi alertado de que sua emenda não seria aceita, mas fez questão de apresentá-la assim mes-

mo, para assegurar sua publicação. Informada do assunto, a deputada Sábira Cavalcanti (PFL-RJ), que carabera as assinaturas do "Grupo dos 32", juntamente com o senador José Richa (PMDB-PR), entregou também as nove emendas do grupo, a fim de que elas também fossem publicadas. Todas serão publicadas, incluindo a emenda do deputado Messias Soares, mas nenhuma será encaminhada ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), segundo o secretário geral da mesa da Constituinte, Paulo Afonso de Oliveira, informou à EBN.

Adiada convocação da Assembleia paulista

por Adriano Vera e Silva de São Paulo

A Assembleia Legislativa de São Paulo deveria ter sido convocada na quinta-feira pelo governador Orestes Quércia para votar, a partir desta segunda-feira o reajuste dos servidores públicos. Como não houve acordo entre os representantes dos funcionários e do governo em relação ao índice que será votado pelo Legislativo, a convocação foi adiada para a próxima sexta-feira (dia 22), segundo informou o líder da bancada do PMDB, deputado Roberto Purini.

"Conversei com o secretário de governo, Antonio Mesquita, e ele me informou que o governador deve

fazer a convocação no dia 22, para que a Assembleia retome seus trabalhos a partir do dia 26", disse Purini.

O recesso do Legislativo estadual vai de dezembro a março, mas como a data-base dos servidores é 1º de janeiro, faz-se necessária a convocação extraordinária. Além do reajuste dos funcionários públicos estaduais, a Assembleia vai votar, no período extraordinário a indicação do presidente da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás). Antônio Roque Citadini, para integrar o Tribunal de Contas do Estado e a contratação de um empréstimo de CZ\$ 25 milhões para a Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa).

MILITARES

Almeida